

---

GRILLO, Andrea. *Ritos que educam: os sete sacramentos*. Apresentação: Dom Armando Buccioli. Tradução do italiano: Armando Buccioli; Marcos Antônio Cardoso Alcântara; Hugo C. da S. Cavalcante. Brasília: Edições CNBB, 2017. (Vida e liturgia da Igreja, 4). 21 x 14 cm. 171 p. ISBN 978-85-7972-556-2.

---

Andrea Grillo, teólogo leigo, casado, pai de dois filhos, é um dos mais eminentes liturgistas italianos da atualidade. É professor no Pontifício Ate-neo Sant'Anselmo (Roma), no Istituto di Liturgia Pastorale Santa Giustina (Pádua) e no Istituto Patristico Augustinianum (Roma). Já esteve no Brasil dando palestras e participando de eventos acadêmicos.

A tese de fundo desta obra é que o lugar originário de todo processo formativo é o rito, entendido não como um espetáculo a ser contemplado, mas como uma ação ritual de que participa toda a assembleia. O A. defende que é preciso “confiar aos ritos um papel decisivo na formação do sujeito cristão” (18).

É muito comum pensar que, antes de expressarmos uma ideia, temos experiências pré-linguísticas, pré-simbólicas e pré-rituais que nos levam a falar, simbolizar, ritualizar. Para o A., “a linguagem não é somente uma expressão, mas é sempre também uma experiência da realidade” (26). A partir daí, deve-se afirmar que a formação que se recebe na ação ritual representa um “mais” educativo sem o qual não temos verdadeiro e pleno acesso à mentalidade e ao modo de agir cristãos.

“A lógica das ações rituais é [...] a do *máximo gratuito*, não a do *mínimo necessário*” (48). Vale dizer: no rito não se pode buscar o que é “essencial”; isso é próprio do âmbito conceptual. O rito não busca o “essencial”, mas o “elementar”. Em outras palavras: “se reduzimos os ritos a conceito, perdem sua qualidade ritual e acabam ou em ritualismo ou em intelectualismo” (ib.). E essa é uma prática infelizmente muito comum. Perguntam, por exemplo, quantas gotas d'água são necessárias para haver batismo, perdendo o sentido forte do rito que é um afogamento do qual se sai com uma vida nova. Outro exemplo: O nome primeiro da eucaristia foi “fração do pão”. Parte-se o pão para distribuí-lo, significando que somos muitos, mas constituímos um só corpo. Hoje as partículas distribuídas na comunhão não são parte de um todo, mas uma realidade completa. Mesmo que as rubricas atuais determinem que o padre deve partir a hóstia

grande e dar aos fiéis algumas das partículas resultantes, raramente se observa essa prática e, de qualquer forma, nem todos receberiam partes desse único pão. O primeiro exemplo é do recenseador; o segundo, do A.

A raiz de tais práticas provém de que, no decorrer dos séculos, se perdeu a consciência da importância do rito. Podemos percebê-lo identificando três níveis de compreensão dos sacramentos: o *dogmático-disciplinar* que é um acesso que pensa que a doutrina e as prescrições jurídicas bastam para viver o sacramento; o nível *ascético-espiritual* que acentua a experiência individual, subjetiva; o nível *simbólico-ritual* que se realiza num encontro pessoal, pois é assim que se conhece uma pessoa. Não há encontro com outrem quando se verifica sua carteira de identidade (1º nível), nem através de sentimentos subjetivos (2º nível), mas de forma muito mais profunda. A verdade sobre outrem é experimentada, antes de tudo, através de estruturas rituais, que nos colocam em relação com ele (3º nível). Posteriormente essa experiência pode e deve ser traduzida e revivida ou em nível objetivo ou subjetivo, mas a radicalidade da relação se encontra apenas no terceiro nível (cf. 57). O rito não é o que está no fim de uma trajetória, mas no começo. Infelizmente, a forma talvez mais comum de compreendermos a liturgia se situa nos dois primeiros níveis. Com isso, a liturgia é vista como supérflua e inútil ou como um espetáculo midiático e assim deturpada em seu sentido.

O Concílio, com a Constituição sobre a Liturgia, desejava promover o terceiro nível: educar-nos pelos ritos, pois os católicos estávamos acostumados a ir à Missa, por exemplo, não para celebrar, mas para “assistir” as ações rituais do padre. Era o costume; era prescrito. Durante a celebração fazia-se qualquer outra coisa – talvez até muito louvável (rezar o terço, ler as orações de seu devocionário, confessar-se...) – mas não se celebrava a Missa. Quem o fazia era o padre. Coisa semelhante se pode dizer dos outros sacramentos.

A intenção da reforma litúrgica não foi simplesmente mudar por mudar, mas promover a “participação ativa”, isto é, reconstruir uma assembleia toda ministerial, desde aquele que preside a celebração até o último dos presentes, “todos mergulhados na mesma lógica ministerial, para que sejam Cristo e a Igreja o verdadeiro sujeito daquela ação” (158). É esse o sentido do uso do vernáculo em vez do latim, pois esta língua morta, conhecida de pouquíssimas pessoas, é o primeiro obstáculo a uma “ação comum”. O rito não pertence ao padre, mas à assembleia. A reforma litúrgica é apenas um instrumento que “está a serviço de um ato de participação ao ato *mistérico* do doar-se de Cristo à Igreja, e da disponibilidade da Igreja no relacionamento espiritual com Cristo” (*ibid*).

Isso supõe que a participação ativa é a redescoberta de que “os verdadeiros sujeitos de todo ato litúrgico são Cristo e a Igreja” (159). Quem

preside e quem participa são “ministros”, isto é, servidores de Cristo e da Igreja e não protagonistas. É preciso aprender a transcender o visível para compreender que o centro da experiência litúrgica “é Cristo e a Igreja, o amor de Cristo para com a sua Igreja” (*ibid*). Na celebração não há um único ministro, mas “uma articulação de ministérios, uma organicidade ministerial necessária e estrutural” (161).

Mas precisamos educar-nos para isso e a educação se dá através do rito. Não se trata de sabermos conceitos teológicos, mas de experimentarmos sensorialmente o que nos é comunicado. Conforme Santo Tomás de Aquino, razão e mãos são duas características imprescindíveis do ser humano: “O homem tem por natureza a razão e as mãos que são o órgão dos órgãos [o órgão mais excelente], porque por elas o homem pode preparar para si instrumentos de infinitos tipos e para infinitos usos” (*Suma Teológica*, parte I, questão 76, art. 5, sol. 4, referido à p. 37, nota 12). Por isso, razão e mãos, intelecto e tato são chamados pelo A. de “guardiões da «diferença» humana”. “A liturgia é o cofre precioso dessa antiga e profunda consciência, que marca a experiência mais elementar da existência humana e cristã” (37).

Daí se segue que “nossas liturgias têm que começar pelo tato. São lugares de *con-tato* entre Cristo e a Igreja” (165). No entanto, nossa tendência é justamente o contrário: começar pelo significado, pelo conhecimento do conteúdo, e só depois, quem sabe, prestar atenção à colaboração dos sentidos.

Para educar ao que é maior, é preciso começar pelo que é menor. Significa que não é através da celebração da eucaristia que se terá acesso à educação pelo rito. É lástima que, na prática, muito frequentemente se tenham suprimido nas paróquias todas as ações litúrgicas que não sejam missa. No entanto, antes de chegar ao grau máximo é preciso passar pelos graus intermediários. “Os ritos educam a identidade, mas com todas as devidas nuances” numa progressão pastoral (169). Liturgias da Palavra, bênçãos, liturgias penitenciais, celebração do ofício divino são rituais menores que preparam para participar da eucaristia.

“Educar/iniciar ao significado é iniciar ao ato significativo” (*ibid*). É importante o significado, a doutrina, mas ela é mediada por atos significativos. Por exemplo, o tom de voz numa saudação como “O Senhor esteja convosco” tem que ser distinto do tom com que se pronuncia uma oração.

Além disso e acima de tudo, cabe educar para o conjunto da celebração e não apenas para um fragmento da mesma. Por exemplo, a comunhão não pode ser isolada do todo da celebração eucarística, como se fazia antes do Concílio, quando se comungava antes ou depois da missa; não necessariamente durante a missa. Entretanto, a comunhão tem que ser vista no conjunto da celebração eucarística, em conexão com a liturgia da Palavra e a oração eucarística.

A recensão quis se deter apenas num recorte desta obra de grande riqueza e densidade. Omitiu-se, por exemplo, a referência aos sacramentos em particular, embora a cada um deles o A. dedique um capítulo inteiro.

É um livro muito útil para aprendermos a celebrar e vivenciar realmente a liturgia e não apenas praticar rubricas ou ler de qualquer modo os textos prescritos. Nesta obra, dependendo de cada um, o leitor poderá encontrar páginas, cuja densidade exigirá mais cuidado e atenção, mas vale a pena deter-se nelas e seguir adiante.

Conclua-se parabenizando as Edições CNBB pelas publicações desta coleção “Vida e Liturgia da Igreja”. Oxalá bispos, padres, diáconos e leigos busquem nela inspiração para sua vivência litúrgica e eclesial.

*Francisco Taborda SJ*

---

STRONSTAD, Roger. *A Teologia Carismática de Lucas: trajetórias do Antigo Testamento a Lucas-Atos*. Trad. Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2019, 176 p. 22.4 x 14.2 x 1 cm. ISBN: 978-85-263-1618-8.

---

A Casa Publicadora das Assembleias de Deus (mais conhecida como CPAD) publicou em 2019 o livro *A Teologia Carismática de Lucas*. A obra possui 176 páginas, das quais 122 são de conteúdo (p.13-134) e o restante é composto por elementos pré-textuais (páginas 1-12: sumário e apresentação) e pós-textuais (p. 135-176: notas, leituras recomendadas, índice de referências bíblicas e índice remissivo). A diagramação é favorável para a leitura, dado o tipo e o tamanho das fontes utilizadas. Além disso, são usados caracteres gregos ao invés de transliteração quando o autor refere-se a algum termo específico do Novo Testamento. As tabelas que aparecem também estão bem claras quanto ao conteúdo que se propõem a explicar. Tudo isso aponta para um exímio trabalho editorial, pois também a tradução e a revisão foram rigorosamente realizadas, o que permite uma experiência de leitura fluída.

No que diz respeito ao autor, o teólogo canadense, de denominação pentecostal, Roger Stronstad é Doutor em Divindade pela Christian Bible College e professor de Teologia Bíblica no Summit Pacific College, em Abbotsford (cidade da província canadense de Colúmbia Britânica). Ele é autor de muitos livros, mas há apenas mais dois traduzidos para língua portuguesa.

O livro *A Teologia Carismática de Lucas* (2019) demonstra um significativo avanço na publicação de material relacionado com a Teologia Pentecostal

no Brasil, pois por muitos anos, os acadêmicos brasileiros ficaram acostumados a encontrar entre as publicações de editoras cujas mantenedoras são igrejas pentecostais – como é o caso da CPAD – livros que, por mais que evoquem temas teológicos, seus conteúdos não passavam de ingênuas argumentações apologéticas escritas em tom apaixonado, às vezes o conteúdo desses textos era pouco especializado a ponto de ser tratado como devocional pela leitura especializada.

O conteúdo de *A Teologia Carismática de Lucas* apresenta uma proposta teológica de compreensão da manifestação do Espírito Santo na obra lucana em dois volumes cujo rigor hermenêutico e exegético do autor é inquestionável. Ainda que os resultados aos quais Stronstad chega e as próprias construções que viabilizam a discussão sejam elaborações que, como qualquer assunto nas áreas de ciências humanas, podem e devem ser criticadas e discutidas, o uso das ferramentas oferecidas pela Teologia Bíblica e o diálogo com grandes teólogos, como James Dunn (1939-2020) e John Stott (1921-2011) mostram que a elaboração teológica presente nesse texto é um trabalho sério.

O livro é construído em seis capítulos: 1. O Espírito Santo em Lucas-Atos (p.13-30); 2. O Espírito Santo no Antigo Testamento (p. 31-56); 3. O Espírito Santo no Evangelho de Lucas (p. 57-80); 4. O Espírito Santo no Pentecostes (p.81-100); 5. O Espírito Santo em Atos dos Apóstolos (p. 101-122); e 6. A Teologia Carismática de Lucas (p. 123-134).

Apesar do aparente anacronismo do título do segundo capítulo, o autor justifica seu uso do termo Espírito Santo no Antigo Testamento de forma razoável. De acordo com o seu ponto de vista, Stronstad indica que no pensamento de ‘Lucas’ – autor implícito do evangelho e de Atos dos Apóstolos – há uma fluída continuidade na obra do Espírito Santo realizada no Antigo Testamento, na era dos evangelhos e na era apostólica, uma continuidade com menos interrupções do que propõem as visões de outros biblistas que analisaram a obra lucana. Embora não haja propriamente o Espírito Santo no Antigo Testamento, a inspiração de profetas carismáticos, representados sobretudo por Elias e Eliseu, justifica a visão que retrospectivamente se manifesta da obra lucana para o passado da história de Israel, que interpreta a inspiração profética como atuação do mesmo espírito que atua em Jesus e nos cristãos da Igreja de Atos Apóstolos.

Realmente há uma questão doutrinária por trás da reflexão e, por sinal, parece-me legítimo que um livro de Teologia Bíblica seja escrito para responder uma dúvida doutrinária, desde que o autor não force o texto a comunicar o conteúdo de sua confessionalidade, mas ao invés disso, use uma hermenêutica sensível à proposta de leitura erudita da bíblica e, ao mesmo tempo, aos interesses da comunidade de leitores pretendida. Ainda que se mantenha a “tensão” – termo de Schleiermacher (1768-1834), pai

da ciência hermenêutica – entre os dois mundos, mundo do texto bíblico e mundo dos leitores atuais; o autor consegue com êxito justificar pelas escrituras a tradição carismática que ele defende na época contemporânea.

Para ser mais preciso, o que está em questão na argumentação central do livro é o tema que envolve o batismo no Espírito Santo, o momento em que acontece, sua distinção quanto ao batismo com água e a atuação do próprio Espírito Santo nesse batismo e de outras formas descritas tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. Cinco passagens do livro de Atos dos Apóstolos são paradigmáticas para mostrar o batismo no Espírito Santo de acordo com a proposta da teologia pentecostal (At 2.1-13; 8.14-19; 9.17,18; 10.44-46; 19.1-7).

Até o momento que li esse livro, eu não tinha encontrado nenhum material acadêmico que justificasse que o batismo no Espírito Santo acontece em momento distinto do batismo com água de modo tão fundamentado em propostas sérias de exegese e hermenêutica. Se é bem verdade que, por um lado, Stronstad está usando a Teologia Bíblica para defender uma doutrina previamente estabelecida ao tentar justificar que o batismo no Espírito Santo acontece em momento diferente do batismo com água; por outro lado, a tradição exegética formada em sua maioria por uma ideologia advinda de denominações cristãs tradicionais que aprovam o pedobatismo e afirmam dogmaticamente a existência de um único batismo, isso significa que também as denominações cristãs tradicionais realizam a defesa doutrinária de suas próprias convicções teológicas previamente obtidas, apesar de argumentarem algo diferente.

Podemos dizer que para ambos os casos, tanto para quem defende que o batismo no Espírito Santo ocorre em momento distinto do batismo com água quanto para quem defende que os dois batismos acontecem ao mesmo tempo, há subdeterminação de dados pela teoria ou seja, já apresentam uma resposta antes da análise dos dados apresentados para a questão; mas parece-me que isso é característico de qualquer teologia e não pode ser identificado como um problema metodológico da recentemente surgida Teologia Pentecostal.

Importante observar que o autor examina unicamente a obra lucana, e apesar do ponto de partida ser doutrinário, há fidelidade aos princípios da Teologia Bíblica, pois ele não usa afirmações de outros livros ou autores bíblicos, nem faz menção a autores ou fenômenos que não estejam relacionadas diretamente com a teologia lucana. Isso já é o bastante para rebater a afirmação da carta deuteropaulina que afirma “há um só batismo” (Ef 4,5). Essa afirmação tomada como dogma pelas igrejas tradicionais é uma afirmação válida para a teologia paulina, mas não para a lucana. As diferenças entre as tradições cristãs devem ser respeitadas por todos que pretendem fazer Teologia Bíblica, embora no próximo passo da afirmação

teológica, a Teologia Sistemática ou Dogmática, as denominações fazem opção por um caminho, o que é legítimo do ponto de vista institucional e da consciência que se deve ter que toda teologia é construção teórica.

Sobre esse assunto, Stronstad aponta que a tradição de interpretação bíblica diluiu os termos autênticos da teologia lucana na teologia paulina, por isso, a ideia de batismo no Espírito Santo que existe no *corpus paulinum* (conteúdo favorito da Teologia Luterana e Reformada), acaba sendo usada para interpretar a ideia de batismo no Espírito Santo que está na obra lucana, mas as duas são distintas. Enquanto para Paulo a ideia representa iniciação e incorporação à comunidade cristã ou ao corpo místico de Cristo, para Lucas o batismo no Espírito Santo é capacitação para testemunhar. Assim, apesar do batismo no Espírito Santo ter muita importância na obra lucana em dois volumes, seu significado acaba sendo compreendido equivocadamente sob o viés da teologia paulina, que não lhe corresponde.

“O dom do Espírito Santo não é para a salvação, mas, sim, para o testemunho e serviço” (2019, p. 100); “Ser batizado no Espírito Santo não tem a ver com conversão-iniciação; tem a ver com vocação cristã” (2019, p. 109); Em outras palavras, o dom do Espírito é carismático, *não* soteriológico (2019, p. 112).

Afirmações como essas parecem verdadeiras de um ponto de vista exegético. O que não me parece razoável, ao invés disso, são os malabarismos exegéticos e hermenêuticos que muitos teólogos fizeram ao longo da história da interpretação bíblica para explicar historicamente como, no livro de Atos dos Apóstolos, os samaritanos, por exemplo, receberam o batismo no Espírito Santo pela imposição de mãos dos apóstolos após terem recebido o batismo nas águas.

Do ponto de vista do exegeta, a resposta para esse questionamento já foi respondida na primeira metade do século passado pela exegese histórico-crítica. De acordo com o que exegetas histórico-críticos do início do século XX apresentaram e por muito tempo foi amplamente aceito, o que justifica a ideia exclusivamente lucana de batismo no Espírito Santo em momento distinto do batismo com água é a intenção típica de Lucas – um autor cristão da terceira geração – de integrar a Igreja a uma raiz histórica comum relacionada com a ação apostólica. Conforme esse argumento, mesmo havendo muita ação missionária que realizava batismos nas águas durante os primeiros anos da história da Igreja Cristã, o batismo no Espírito Santo só podia ser recebido pelas pessoas por meio da imposição de mãos dos apóstolos. Desse modo fica legitimada a unidade apostólica da igreja cristã, apesar de historicamente o movimento ser múltiplo.

É óbvio que esse ponto de vista só justifica a narrativa de Atos dos Apóstolos da perspectiva da construção literária, mas não da perspectiva histórica. Como literatura o autor pode ter utilizado recursos narrativos

para organizar teologicamente o conteúdo de acordo com a versão da história que queria narrar, mas do ponto de vista histórico fica difícil entender como pessoas recebiam o batismo nas águas e depois o batismo no Espírito Santo exclusivamente na obra lucana.

Não obstante o meu entendimento baseado em estudos filológicos, acho legítimo o surgimento de uma hermenêutica, seja qual for a identidade doutrinária de quem a realizar, que justifique e traduza o texto como uma narrativa coerente e teologicamente justificável para os leitores não especializados que buscam entender no texto bíblico sua própria identidade de fé. Mais importante do que isso, a leitura de Stronstad representa o surgimento de uma voz que não era ouvida na academia, pois as perspectivas tradicionais nunca deram margem para o tipo de reflexão sobre a atividade do Espírito Santo que continua e repetitivamente se realiza na história por meio de irrupções inesperadas, uma atividade que constitui a Igreja Cristã como uma comunidade de profetas, de acordo com o argumento de Stronstad.

*Francisco Leite*

---

SERRA, C. *Vimos pra comungar: os grupos de católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na Igreja*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019. 23 x 16 cm. 254 p. ISBN 978-85-9475-073-0.

---

Provocador! Este pode ser um qualificativo para esse livro de Cris Serra. Cristiana de Assis Serra é Psicóloga, doutoranda em Saúde Coletiva na UERJ, especialista em Neurociências Aplicadas à Longevidade e em Psicoterapia Junguiana e imaginário e graduada em Psicologia. Sua produção acadêmica se concentra, sobretudo, no diálogo entre psicologia e religião, enfatizando o âmbito da sexualidade e os estudos de gênero. Em *Vimos pra comungar*, ela abraça o grande desafio de tentar uma aproximação entre duas identidades aparentemente contraditórias: ser *católico* e ser *LGBT*.

Como o próprio subtítulo do livro aponta, a autora apresenta as estratégias que os grupos LGBTs utilizam para permanecer na Igreja Católica Romana. Para isso, faz-se necessário retomar e analisar muitos conceitos que utilizamos em nossos discursos sobre religião, sexualidade, gênero etc. O livro está dividido em três partes com um total de nove capítulos.

A primeira parte é a mais extensa. Ela situa o leitor na atmosfera cultural de uma nova “cruzada”, envolvendo os âmbitos da moral e da sexualidade, vivenciada no Brasil nos últimos cinco anos. Ao longo de cinco capítulos, a autora retoma e analisa as categorias de família, religião, sexualidade,

autonomização da moral, controle social entre outras. Também procura perceber a relação entre essas categorias e como isso aparece nos discursos dos direitos humanos, bem como o modo dos grupos religiosos atuarem a esse respeito dentro de um estado laico.

Em sua análise, destaca que alguns “imperativos absolutos” como a monogamia, a indissolubilidade matrimonial, a complementaridade e a “compulsória reprodução biológica” são fortemente questionados a partir da segunda metade do século XX. Isso é percebido por grupos conservadores como uma ameaça à família, e faz com que, levados por uma tentativa de reavivar tais valores postos em cheque pela modernidade, grupos religiosos se unam em uma *cruzada moral*.

O campo fértil para as controvérsias morais se dá justamente no âmbito das políticas e dos direitos sexuais. Num movimento que não é linear, vê-se direitos e conquistas das mulheres e pessoas LGBT sendo reconhecidos pelo Estado. No entanto, convém apontar também limites ao recurso do “ideário dos direitos humanos”, uma vez que se verifica uma “juridicalização da política” e uma polissemia do que seja realmente “direitos humanos”. A autora se propõe a ir além das disputas e suas notórias dicotomias (conservadores x progressistas; religiosos x ativistas) em busca de possíveis sínteses. Por isso mesmo, convém “tomar cuidado, pois, para não incorrer em qualquer pressuposto de linearidade homogênea na análise dos complexos processos em jogo, seja no campo religioso ou no da sexualidade, seja no suposto antagonismo entre ambos” (p. 107).

Na segunda parte a autora se debruça especificamente sobre a Igreja Católica Romana (ICR). Seu percurso começa pela inserção da ICR no tecido religioso brasileiro (desde o período colonial) e como se articula com o Estado e com questões pertinentes como a sexualidade, o controle social e o pluralismo.

Cris Serra não deixa de pontuar as rupturas e transformações operadas no seio da ICR e sua relação com o mundo. As últimas décadas do século passado assistem ao avanço do pentecostalismo e a consequente perda de hegemonia da ICR. O Concílio Vaticano II, em sua abertura ao mundo, abre espaço para uma reviravolta eclesiológica que, segundo Libanio, verifica-se na “passagem da consciência de uma Igreja ocidental, romana, etnocêntrica, identificada com a universalidade, para uma real Igreja universal, pluricultural, pluriétnica nas expressões de fé, na teologia, na liturgia, na disciplina, nas estruturas organizativas” (p. 120).

O pós Vaticano II assistirá o surgimento da Teologia da Libertação, a RCC e a inserção da ICR no mundo da comunicação. Mas é o “efeito Francisco” o elemento que tem proporcionado uma nova atmosfera para o diálogo entre o catolicismo e a diversidade sexual e de gênero nos diversos ambientes eclesiais católicos. A força está, aponta a autora, muito mais nos

gestos do que nas palavras do Papa. Com palavras ele combate a “teoria do *gender*”; por outro lado, faz refeição com presos transexuais e acolhe pessoas homossexuais negando-se a julgá-los, por exemplo.

No entanto, a Igreja não é só o Papa. Será necessário que os gestos de acolhida de Francisco sejam capazes de penetrar toda a Igreja. Como sabemos, alguns bispos e padres, inspirados por ele, já adotam posturas diferentes em relação à diversidade sexual e de gênero. Mas a resistência ao Papa argentino vai além deste assunto. Por isso mesmo “Vimos pra comungar” nos desperta para a questão fundamental da nossa identidade cristã-católica.

A Igreja, sendo a comunhão dos irmãos batizados em Cristo, precisa ter a coragem de assumir que é diversa. A diversidade não elimina a comunhão, a unidade; ao contrário, fortalece-a e a enriquece. Uma novidade no livro de Cris Serra se mostra justamente em visibilizar, em deixar ser visto, que no seio da Igreja Católica existem muitos fiéis LGBT que procuram vencer a aparente contradição entre as duas identidades e já vivem seu seguimento a Cristo sem negar aquilo que são. Eles são muitos e já se organizam em grupos e em redes espalhados pelo Brasil e pelo mundo. Como fazem para superar esse desafio é precisamente o tema da terceira parte da obra.

Nos primeiros capítulos a autora faz um levantamento bibliográfico, onde destaca a escassez de obras sobre o tema da diversidade sexual e de gênero, sobretudo, se se procura uma abordagem que consiga ir além do senso comum. A título de exemplo basta ver que a primeira obra publicada por uma editora católica surgiu em 1982. Em seguida, Cris Serra retoma alguns fatos que foram decisivos para a construção da identidade dos novos sujeitos eclesiais LGBT, com destaque para o grupo Diversidade Católica do Rio de Janeiro.

A inserção no mundo digital se constituiu como uma estratégia fundamental para que se divulgasse uma realidade na ICR que até então permanecia “no armário”. Em 2007 foi criado o site Diversidade Católica e, posteriormente, um blog; mas a própria plataforma digital foi deixando perceber a necessidade de encontros presenciais. Com isso não se abandona o espaço “virtual”, mas agrega-se uma nova estratégia. A partir dessa demanda vão nascer e se solidificar os múltiplos grupos de católicos LGBT no Brasil. A pesquisa apresenta um total de 19 grupos até julho de 2019.

Tanto nos espaços “virtuais” quanto nos “presenciais”, os católicos LGBT criam um ambiente inclusivo marcado pelo diálogo e pelo acolhimento de pessoas que sofrem discriminação na Igreja por sua condição sexual. Segundo Cris Serra: “Ao condenar os crentes que escapam à norma cisheterocentrada a unirem ao ‘sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar por causa de sua condição’, o CIC [Código de Direito

Canônico] os relega ao lugar duvidoso dos que não podem ser o que são, à não-existência dos que não têm nome” (p. 213). Os grupos LGBT procuram, desta forma, ser uma ponte entre a vivência da fé cristã e a diversidade sexual e de gênero. Por isso mesmo, vai se consolidando a emergência dos católicos LGBT como um *novo sujeito eclesial* o que levanta questões importantes para a compreensão da Igreja e do seu mistério. Abre-se espaço, assim, para se pensar uma *eclesiologia da diversidade*.

Por fim, parece-nos importante frisar que uma das estratégias se verifica na opção por não supervalorizar os textos bíblicos que fazem referência à homossexualidade. Um risco com isso talvez seja acabar por minimizar a importância desses textos bíblicos. Esse parece-nos um grande desafio para biblistas e moralistas. Talvez para não cair no *biblicismo* e/ou no *moralismo*, o recurso à *antropologia bíblica* possa trazer algumas luzes, como pretende o novo documento da Pontifícia Comissão Bíblica: *Che cosa è L'uomo?*. O desafio está posto para os teólogos da Teologia Moral.

A obra traz um total de 648 notas e uma abundante bibliografia. Pena que a opção pelo sistema autor-data acabe por dificultar a consulta a tantas notas. O local do sumário também não se mostra muito prático. Mas, ao final, resta-nos apenas uma palavra de agradecimento a essa autora que nos vem alertar para uma grande verdade: os católicos LGBT não estão pedindo permissão para participar da Igreja. *Pelo batismo eles já são Igreja* e pretendem contribuir para que a ICR seja cada vez mais humana e acolhedora.

*Moésio Pereira*